

condições para situar o trabalho como fonte da riqueza, e não o capital.

Era a época das crises, entretanto, crise cíclica do capitalismo, no fim do século — a que se sucederia a de 1913, disfarçada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial — crise de preços do café, crise da indústria. Mas já o censo industrial de 1907 assinalava a existência de 3.258 estabelecimentos, com um capital da ordem de 670.000 contos de réis e uma força de trabalho estimada em cerca de 150.000 operários e valor anual da produção superior a 140.000 contos de réis. Em 1920, os dados serão outros: 13.340 estabelecimentos, capital de 1.800.000 contos de réis, 280.000 operários e pouco menos de 3.000.000 de contos de réis como valor da produção. A indústria torna-se o fator principal, no mercado interno, “um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira, que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo o seu equilíbrio”.<sup>85</sup> Distribuído em parcelas por períodos, o investimento industrial assinala, com altos e baixos, uma aceleração de ritmo em seu desenvolvimento, que denuncia a influência da Primeira Guerra Mundial: até 1870, havia sido investido na indústria 2,2% do total (admitindo o investimento total como decorrente do operado entre 1849 e 1919); entre 1880 e 1884, o investimento constituiria 7,8% do total; entre 1885 e 1909, aquele investimento representaria 46,4% do total.<sup>86</sup> Assim, o ritmo pode ser marcado por um crescimento de 0,1% ao ano, no primeiro daqueles períodos; por um crescimento de 1,6% ao ano, no segundo; de 1,9% ao ano, no terceiro; e de 4,3%, no último. Em períodos mais largos, o dimensionamento assinala o contraste entre um crescimento de 5%, de 1850 a 1879, e de 92,3%, de 1880 a 1919. A análise anual e periódica destaca, ainda, que os períodos de menor desenvolvimento, de ritmo mais lento, foram aqueles de predomínio da economia latifundiária e exportadora, períodos em que avulta o endividamento externo. Isto significa que *o endividamento externo é a forma de resistência à mudança, na política econômica brasileira*. É também a forma mais prática e viável, para a classe dominante, de transferir às classes dominadas os efeitos das crises e o pagamento das dívidas.

<sup>85</sup> Celo Prado Júnior: *op. cit.*, p. 235.

<sup>86</sup> *Recenseamento do Brasil, 1920*, Rio, 1927.